

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL  
UNIDADE LITORAL NORTE/OSÓRIO  
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA**

**CARLA EDUARDA PEREIRA FERREIRA**

**EVASÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
(EJA) EM UMA ESCOLA DE TERRA DE AREIA RS**

**OSÓRIO**

**2019**

**CARLA EDUARDA PEREIRA FERREIRA**

**EVASÃO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado  
em Pedagogia-PARFOR na Universidade Estadual do  
Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Valter de Almeida Freitas

Aprovado em ...../...../.....

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Valter de Almeida Freitas

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS - Litoral Norte

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sita Mara Lopes Sant'Anna

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS - Litoral Norte

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valquíria Pezzi Parode

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS - Litoral Norte

Dedico este trabalho aos meus pais Taurino e Sirlene e aos meus irmãos Elias e Miriam que estiveram sempre ao meu lado.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus por ter me proporcionado essa oportunidade de cursar pedagogia em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade. Por ter me dado saúde física e emocional e me propiciado, igualmente, a obtenção das condições emocionais e financeiras para concluir o curso.

Gostaria de reconhecer e agradecer o apoio material e afetivo proporcionado pela minha família ao longo desses quatro anos. Ela levantou-se mais cedo, durante todo esse período, para levar-me até a parada de ônibus. A minha família partilhou das minhas incertezas e inquietudes nos dias de avaliações e apresentações de trabalhos. Ela preocupou-se com o meu bem-estar ao longo da realização do curso.

Agradeço imensamente ao meu orientador professor Valter de Almeida Freitas, por ter sido um ótimo profissional nesse momento tão difícil e decisivo na vida de um graduando, sempre sanando todas as dúvidas, disponível sempre que precisei, não somente como orientador, mas também como professor desde o início da faculdade. Foi com ele que tive minha primeira aula em um curso superior, é algo que ficará marcado para sempre em meu coração.

Agradeço a todos os professores e funcionários da UERGS que foram excelentes durante esse processo de construção de conhecimento. Agradecer também aos colegas pela amizade e compreensão durante esses quatro anos vividos juntos, onde tivemos muitas alegrias e desafios.

## RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso, de uma pesquisa participante. Que aborda a questão da evasão escolar de alunos e alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em uma escola do município de Terra de Areia. Tematizando as motivações que os levam a evadirem-se da EJA. Aqui, realizamos uma pesquisa qualitativa, na qual o instrumento de coleta de dados foi um questionário semiestruturado. O período referenciado para a coleta dos dados são as matrículas realizadas na modalidade de 2017 até o primeiro semestre de 2019. Tivemos acesso aos dados disponíveis, na referida escola, sobre a evasão escolar e entrevistamos cinco alunos que se enquadram nessa condição. O objetivo principal deste TCC foi de analisar os motivos que levam os alunos da EJA a desistirem dos estudos. A principal hipótese diz respeito às condições socioeconômicas dos alunos e alunas frequentes nesta modalidade. Estas condições estabelecem que a principalidade das atividades destes sujeitos esteja vinculada ao trabalho remunerado, ou procura do mesmo. Tal imperiosidade, somada aos compromissos familiares, concorre com a frequência regular na EJA. A segunda premissa reside no fato de que essa modalidade de educação não se configura como uma política de Estado, mas de governo, com foco maior, ou menor na manutenção desta configuração de ensino. Tais condições influenciam severamente na infraestrutura oferecida aos alunos, o que pode favorecer a evasão. Na esmagadora maioria das vezes, a modalidade não é oferecida com a estrutura didático-pedagógica e material próprios das escolas, mas por abnegadas professoras e professores que personificam a escola no desempenho das múltiplas funções.

**Palavras chaves:** Evasão; Práticas pedagógicas; Docência.

## ABSTRACT

This paper addresses the dropout of students of Youth and Adult Education (EJA) in a school in Terra de Areia, having as theme: The reasons that lead to their dropout. It is a qualitative research, in a case study of the North Coast region, having as specific objectives the approach of the history of the EJA in Brazil, and to contrast the importance of this modality for the students, using as data collection the school history from 2017 to the first semester of 2019, and interview with questionnaire with some students who were evaded. The main objective was to analyze the reasons that make students drop out of studies, starting from the student's personal assumption as financial conditions, difficult access to school, even the teacher's teaching practice. Having as main hypothesis: The dropout of the EJA modality is due to the need of students to integrate and remain in the labor market to guarantee the conditions of their survival. And secondary hypothesis: Resides in the difficulties of schools to provide their pupils with a suitable environment to overcome their learning difficulties.

**Keywords:** evasion; pedagogical practices; Teaching.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>OBJETIVOS</b> .....	11
<b>HIPÓTESES</b> .....	11
<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	11
<b>2 MARCO HISTÓRICO E LEGAL</b> .....	12
<b>3 BASES METODOLÓGICAS</b> .....	15
3.1 CRONOGRAMA .....	15
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	17
4.1 HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL.....	17
4.2 EVASÃO ESCOLAR E DOCÊNCIA .....	19
4.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS X CONTEÚDO .....	24
4.4 ALGUMAS CONCEPÇÕES DE DERMEVAL SAVINI.....	28
<b>5 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA</b> .....	31
<b>6 ANÁLISES, DISCUSSÕES E RESULTADOS</b> .....	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	40
<b>APÊNDICE</b> .....	42
Apêndice 1 - Questionário realizado com os alunos;.....	43



## 1 INTRODUÇÃO

A proposta de realização deste trabalho, sobre a evasão na Educação de Jovens e Adultos, surgiu a partir de leituras realizadas sobre o tema, no transcorrer do curso de pedagogia. A inquietude, despertada pelas análises teóricas sobre as dificuldades de permanência na escola das alunas e alunos da EJA, foi corroborada com a observação de uma turma, numa escola pública de Terra de Areia, quando realizado um trabalho acadêmico, em 2017. Esse contato com a EJA foi marcado por grande expectativa, curiosidades e dúvidas a respeito dessa modalidade. O primeiro olhar esteve marcado por certo romantismo sobre metodologias a serem adotadas, na intensão de conter o número alarmante de alunos e alunas que iniciam o ano letivo e acabam não o concluindo. Pensava que a troca de experiências entre alunos e docentes, decorrentes da adoção de um método dialógico, seria suficiente para que as dificuldades da modalidade fossem atenuadas.

Na turma observada, que iniciou o semestre com 10 alunas e alunos matriculados, somente quatro alunos foram frequentes, durante os três dias da minha observação. Sendo que três eram jovens de 15 até 18 anos, evadidos recentemente. A convivência com essa realidade escolar e posterior pesquisa, propiciaram os elementos para compreender que a evasão EJA é, principalmente, um fenômeno inerente ao mundo social das alunas e alunos das classes desfavorecidas.

Aqui, faremos um resgate ao marco legal da modalidade da EJA. Vale assinalar que no início da sua implementação, na década de 1930, tratava-se de um programa de alfabetização de adultos, pois a rede escolar pública era incipiente e o número de analfabetos era grande. Nesse período, a indústria crescia e consigo a necessidade de trabalhadores minimamente alfabetizados, em condições de ingressarem no setor fabril. A escola cumpria função de preparar esses sujeitos para o mercado de trabalho da época.

Em seguida, abordamos as bases metodológicas usadas na realização do trabalho. Trata-se de um estudo de caso e uma pesquisa qualitativa. O instrumento usado para a coleta de dados foi uma entrevista, com questionários semiestruturados, realizada com cinco alunos. Também foram analisadas as atas que registram o número de alunos e alunas evadidos, a partir de documentos oficiais disponibilizados pela escola de Terra de Areia. Além do acesso aos dados sobre evasão, disponíveis na referida escola. O período referenciado para a coleta dos dados considera os alunos e alunas matriculados, na modalidade, no primeiro semestre de 2017 até o primeiro semestre de 2019.

Apresentamos, como hipótese principal à evasão escolar da modalidade EJA, a necessidade dos alunos e alunas de priorizarem, nas suas vidas de jovens e adultos, a sua inserção e permanência no mercado de trabalho, para garantir as condições de sobrevivência do círculo familiar. Numa segunda hipótese, a evasão reside na impossibilidade das escolas em suplantarem as dificuldades decorrentes das condições sociais, que se agravam sem um ambiente propício para a superação das suas dificuldades de aprendizagem.

Por conseguinte, explanaremos sobre as bases metodológicas usadas na realização do trabalho, um estudo de caso. Foi adotado o método qualitativo e os dados para a realização dessa análise foram obtidos a partir de entrevistas com questionários semiestruturados. Usamos, ainda, como material de pesquisa, os históricos escolares e atas obtidas na escola pesquisada. E, por último, vou ater-me ao cronograma de realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Foi realizada uma breve contextualização da história da EJA no Brasil. A revisão bibliográfica desse trabalho foi baseada, principalmente, em Freire (1989), Gadotti (2007), Pinto (1991), Paludo (2001) e outros não menos importantes.

O referencial teórico sobre a evasão escolar da EJA suscita algumas hipóteses de diferentes autores sobre os motivos da evasão. Um dos fatores elencados para explicar o problema de pesquisa são as dificuldades para a realização do trabalho docente; que se corporifica na ausência de uma estrutura escolar e pedagógica, necessárias à modalidade, nas escolas que oferecem a EJA no turno noturno. Nela, exige-se o cuidado docente para não infantilizar o processo de aprendizagem, ao não considerar que as alunas e alunos carregam uma bagagem de conhecimentos, que é expressão da sua leitura do mundo.

Com a base de dados estabelecida, analiso quais fatores levaram, os alunos e alunas mencionados, à evasão dessa modalidade. Na conclusão dessa pesquisa, confronto a minha hipótese com os resultados do trabalho de prospecção realizado, as dificuldades inerentes ao tema, meus aprendizados e alguns caminhos a serem percorridos.

## OBJETIVOS

**Geral:** Analisar os motivos que levam os alunos à evasão escolar.

**Específicos:**

- Abordar o contexto histórico da EJA;
- Salientar a importância dessa modalidade para os alunos;

## HIPÓTESES

**Principal:** A evasão da modalidade EJA é decorrente da necessidade dos alunos e alunas de integrarem-se e permanecerem no mercado de trabalho para garantir as condições da sua sobrevivência.

**Secundária:** Reside nas dificuldades das escolas de propiciar, aos seus alunos e alunas, um ambiente social e educacional adequado para a superação das suas dificuldades de aprendizagem.

## JUSTIFICATIVA

Ao observar uma turma de EJA no município de Terra de Areia, e, após conversas com outros docentes dessa modalidade, identifiquei que um número pequeno de alunos e alunas frequentava as aulas, tendo em vista que havia, oficialmente, um número significativo de matriculados. Com isso, surgiu uma inquietude por pesquisar o porquê dessa ocorrência e o que leva os estudantes a evadirem da escola.

A partir da pesquisa sobre o que leva os alunos à evasão escolar (mesmo com a existência de alguns programas sociais governamentais), podemos observar fenômenos que corroboram com a evasão escolar, procurando formas de solucionar esse problema, para que nas próximas turmas o número de evadidos seja menor, quiçá inexistente.

Como acadêmica do curso de licenciatura em pedagogia, essa pesquisa auxiliou para aprimorar os conhecimentos construídos durante o curso, colocando-os em prática questionadora, formalizada. Com lócus teórico definido e sólida construção argumentativa.

## 2 MARCO HISTÓRICO E LEGAL

A educação pública de Jovens e Adultos no ensino fundamental é algo bastante recente no Brasil. Ela iniciou com o processo de industrialização, pois havia a necessidade de mão de obra ao setor fabril. No começo do século XX, foi ampliado o número de escolas para promover a alfabetização e a constituição de 1934 tornou obrigatória a educação pública nas séries iniciais.

Na primeira metade do século passado, houve também a alfabetização de jovens e adultos promovida por Paulo Freire, no início da década de 60. O educador foi capaz de alfabetizar 300 jovens e adultos, agricultores, em 45 dias. Sua metodologia consistia em se valer da prática dialética com a realidade, em reflexão constante. Mais tarde, durante a ditadura militar, tivemos o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que buscou inspiração no método freireano, porém não obteve o mesmo êxito.

A Lei 5692/71, que fixava diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus e dava outras providências, também contemplou a EJA. E ainda neste período, o Ministério da Educação (MEC) propôs a implantação dos CES (Centros de Estudos Supletivos), tais centros tinham influências tecnicistas devido a situação política do país naquele momento.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208, assegurou a educação de jovens e adultos como um direito de todos. Com as alterações em seu texto, dadas pela Emenda Constitucional Nº 59 de 11 de novembro de 2009, os incisos I e VII do Art. 208º da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:  
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.  
VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Ou seja, o Estado assegurou aos sujeitos que haveria oferta em condições dignas desta modalidade de educação. No entanto, assegurar este direito sem a devida infraestrutura, necessária às metodologias aplicáveis, é negligenciar com aqueles que dependem disso para adquirir melhores condições de vida.

Já na década de 1990, uma reformulação da educação gerou a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), que trata da regulamentação de todo o ensino em território nacional, também contemplando a EJA, Na Seção V, Do Capítulo II.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

A reentrada no sistema educacional, daqueles que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas. Possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

Mais que uma função permanente da EJA, seu caráter qualificador compõe-na de sentido. Pois, é uma modalidade de ensino “qualificadora”. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

Esta modalidade educacional distingue-se das outras por seu público, pois são alunos que não tiveram oportunidades de ensino ou não conseguiram concluir os estudos em sua idade apropriada. A LDBEN 9394/96, em seu Art. 4 assegura que “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de”:

VI - oferta de ensino noturno regular, adequando às condições do educando.

VII - oferta de educação escolar regular, para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;(...)

Art. 5. O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

A legislação proporciona os dispositivos necessários para garantir acesso e permanência dos alunos da EJA, considerando o caráter reparativo intrínseco a essa

modalidade. Pois, mais que uma proposta de educação, a EJA se apresenta, historicamente, como uma possibilidade de ingresso ao mercado de trabalho, ou o prazer de alfabetizar-se, àqueles sujeitos que buscam viver com dignidade.

Além das normativas citadas acima, vale ressaltar aquilo que consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), que estabelecem como será ofertada a estrutura dos componentes curriculares para a modalidade e passam a valorizar:

- \*as especificidades de tempo e espaço para seus educandos; –

- \*o tratamento presencial dos conteúdos curriculares; –

- \* a importância em se distinguir as duas faixas etárias (jovens e adultos) consignadas nesta modalidade de educação; e –

- \*a formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os de EJA.

### 3 BASES METODOLÓGICAS

A pesquisa realizada é um estudo de caso de cunho qualitativo e analítico. De acordo com Lüdke e André (1986) o estudo de caso é aquele que busca solução para o caso em particular. Ele é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. “O caso pode ser similar a outros, mas é no mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.17).

Este estudo tem o objetivo de compreender os motivos que levam os alunos da modalidade à evasão escolar. Tendo como coleta de dados: entrevista com estudantes evadidos da EJA e análise do histórico escolar dos alunos desde o ano de 2017 até 2019. Os dados para a pesquisa foram coletados da escola Laertsan Tavares Carvalho, em Terra de Areia RS. A escola atua nos três turnos, mas com a modalidade EJA somente no turno da noite.

Esta metodologia de pesquisa segundo Triviños (1987, p. 116) surgiu “para avaliar, por exemplo, o processo educativo, e a propor ‘alternativas metodológicas’ para a pesquisa em educação”.

A coleta de dados com o histórico escolar ocorreu em julho, quando foi elaborada uma tabela para comparar o índice de evasão desde 2017 até o primeiro semestre de 2019. Já as entrevistas com os alunos ocorreram no início de outubro, com o intuito de analisar o índice de evasão e o porquê da mesma. Segundo Triviños (1987), este é um instrumento de pesquisa que se adéqua muito bem à proposta da pesquisa qualitativa/estudo de caso.

Os alunos entrevistados foram escolhidos aleatoriamente e indicados por membros do corpo docente da escola estudada. A etapa analítica foi realizada a partir das respostas obtidas nas entrevistas, dados disponíveis na escola e conhecimentos oriundos de pesquisas realizadas sobre o tema.

#### 3.1 CRONOGRAMA

Esta pesquisa foi dividida nas seguintes etapas:

1º - Escolha do local da pesquisa e visitação: Nessa etapa foi marcada a visita com a direção da instituição e explicado o objetivo da pesquisa. Após apresentar o projeto, foi realizada a análise do histórico escolar dos alunos, o qual é feito manualmente em atas.

2º - Realização das entrevistas: A partir de conversa com as professoras da EJA, nos foi disponibilizado o nome dos alunos evadidos e seus prováveis endereços. Em seguida, fora

realizado um contato inicial com os sujeitos da pesquisa com o propósito de explicitar os objetivos da mesma;

3° - Análise de dados: Com a coleta dos dados, iniciou a etapa analítica, de acordo com as orientações metodológicas, as informações foram categorizadas e analisadas;

O cronograma abaixo mostra as etapas desta pesquisa:

**Tabela 1:** Cronograma

<b>ETAPA DA PESQUISA</b>	<b>1º SEMESTRE 2019</b>	<b>2º SEMESTRE 2019</b>
ESCOLHA DO TEMA	X	
ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO	X	
ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS	X	X
ANÁLISE DE DADOS		X
COMPOSIÇÃO DA METODOLOGIA		X
ENTREGA E APRESENTAÇÃO DA PESQUISA		X



## 4 REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1 HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL

A EJA no Brasil, de acordo com Soares (1996), apesar de parecer um acontecimento recente, já existe desde os tempos de colonização, quando os jesuítas catequizavam os filhos dos colonos, mestiços, índios, tanto crianças quanto adultos. No intuito de alfabetizar, mas principalmente de propagar a fé católica, ordenado pelo padre Manuel de Nóbrega.

A metodologia jesuíta foi hegemônica até o período chamado “pombalino” (1750-1777). As novas diretrizes para a educação, elaboradas por Marquês de Pombal, tiveram como consequência imediata a expulsão dos jesuítas da metrópole portuguesa e de suas colônias. Com a chegada da família real no Brasil, durante o início do século XVIII, processo de alfabetização catequista dos clérigos acaba, tornando a educação e seus processos funcionais uma responsabilidade do império (Strelhow, 2010).

Notavelmente, a educação para o público contemplado na EJA fora negligenciada ao longo do processo de formação do estado nacional, tornando-se foco do aparato público/legal, de fato, apenas a partir da primeira metade do século passado. Ou seja, a Educação de Jovens e adultos, no cenário educacional do país, começa a se destacar no ano de 1930, podendo se dizer que:

A Educação de Jovens e Adultos viveu um processo de amadurecimento que veio transformando a compreensão que dela tínhamos poucos anos atrás. A Educação de Jovens e Adultos é melhor percebida quando a situamos hoje como Educação Popular (GADOTTI; ROMÃO, 2005, p.15).

Gadotti compreende a Educação Popular como uma epistemologia metodológica de educação que busca afinidade com os modos de vida dos sujeitos. Se valendo disso para a construção de um modelo educacional emancipador, capaz de possibilitar uma ascensão de consciência aos que dependem, por exemplo, da EJA, para a conquista de condições sociais mais dignas.

Durante a crescente necessidade de tornar o povo brasileiro apto a ingressar no *status quo* da época, devido ao processo de industrialização, o governo brasileiro estabelece o Plano Nacional de Educação, em 1934. Algo que colocou como dever do Estado o ensino gratuito, integral e extensivo para adultos, um exercício do direito constitucional.

No final da década de 1940, inicia-se uma discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Com isso cria-se o Serviço Nacional de Educação de Adultos

(SNEA). Para o ensino supletivo, culminando na primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CNAEA), com o objetivo de diminuir o analfabetismo.

Segundo Soares (1996), com o fim da ditadura Vargas, a sociedade passou por grandes crises, havendo muitas críticas contra o adulto analfabeto, que poderiam interferir no desenvolvimento do Brasil. Então se passou a buscar uma educação para todos, para que o desenvolvimento se tornasse possível, tornando a EJA foco de considerações do governo federal.

Já na década de 1950, foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). Marcando uma fase nova nas questões relacionadas à EJA, pois se compreendia que a mesma era insuficiente, devendo priorizar a educação de crianças e jovens, para os quais a educação ainda poderia significar alterações em suas condições de vida.

No início da década de 1960, Paulo Freire apresenta o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) como uma proposta de alfabetização conscientizadora, que fosse um instrumento de libertação para as classes oprimidas. Conseguiu, através de sua metodologia libertadora, alfabetizar 300 jovens e adultos em 45 dias.

Durante o final da década de 1960, em plena ditadura militar, cria-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com o objetivo de alfabetizar funcionalmente promovendo uma educação continuada. O programa buscou alguma inspiração nos moldes da metodologia freireana, no entanto, não obteve os mesmos resultados, visto que sua perspectiva era autoritária e de cunho tecnicista.

No ano de 1971, cria-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5.692/71, onde é instituído o ensino supletivo. Isso garantiria aos jovens e adultos o acesso à educação pública e seu aparato de infraestrutura, assim como a regulamentação de um direito esquecido por longos anos.

Após período de redemocratização e da reafirmação constitucional do dever do Estado para e com a educação, tivemos, em meados da década de 1990, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. A LDB reitera o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico e o dever do poder público de sua oferta gratuita, estabelecendo responsabilidades aos entes federados através da identificação e mobilização da demanda, para a constituição de uma rede pública que propicie a garantia ao acesso e permanência na modalidade (BRASIL, 1996).

O Governo Federal, no ano de 2003, criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando então o Programa Brasil Alfabetizado, nele incluídos o Projeto Escola de Fábrica, voltado para cursos de formação profissional, o PROJOVEM, com o

objetivo na qualificação para o trabalho. Também o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA). No ano de 2007, o MEC aprova a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), passando, todas as modalidades de ensino da educação básica, a fazer parte dos recursos financeiros destinados à educação (BRASIL, 2007).

No cenário atual, a sociedade vê a juventude e o adulto analfabeto como sinônimo de problema e motivo de preocupação. A EJA, no Brasil, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, à educação. Atualmente, essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado (BRASIL, 1996).

Com isso, é importante refletir que, na maioria dos casos, a escola não está dotada dos meios para promover uma educação que acolha e valorize as experiências dos alunos. As rupturas históricas da relação entre a institucionalidade da EJA e os poderes vigentes, dificultaram a construção de um modelo educacional eficaz e honesto para e com os seus sujeitos.

#### 4.2 EVASÃO ESCOLAR E DOCÊNCIA

A evasão escolar é um caso persistente na educação formal do Brasil e se manifesta com uma relevância ainda maior na história da EJA. Muitos fatores contribuem para isso acontecer, como cansaço decorrente de jornadas de trabalho longas e exaustivas, condições sociais, dificuldades de transporte até o local da escola, aulas que não condizem com a realidade vivenciada pelas alunas e alunos. Muitas vezes, os estudantes evadem porque o procedimento da aula não corresponde a seus interesses reais e a sua faixa etária, deixando a desejar quanto a real busca daquilo que o estudante dessa modalidade necessita aprender, dentre tantos outros motivos que acarretam na evasão escolar.

O público da EJA é diferenciado das outras modalidades de ensino, pois sua oferta é direcionada para os alunos que foram evadidos, sendo alunos jovens e adultos que não conseguiram realizar seus estudos no tempo adequado para a sua idade. Consequentemente, a maioria dos alunos que compõe as turmas da EJA são estudantes matriculados à noite, que trabalham durante o dia todo.

A necessidade de inserção no mercado informal e formal de trabalho faz com que os sujeitos retornem para as escolas, buscando a qualificação institucional exigida pelos empregadores. Trazendo consigo toda uma “bagagem” maior de experiências, com expectativas em relação a sua decisão de retomada à formação educacional. Nesse contexto, Paulo Freire (1996) também entende que não se pode somente pensar em processos didáticos sem pesar no cotidiano que cada aluno está inserido.

Paulo Freire é um dos autores de maior referência para a EJA, pois além de elaborar teorias a respeito, também vivenciou na prática esse ensino, pois ele foi alfabetizado por sua mãe no quintal de casa. Nesse contexto, a terra era o quadro e os lápis eram galhos de árvores. Tais experiências possibilitaram ao teórico, um olhar distinto sobre as práticas metodológicas de ensino. No pensamento de Paulo Freire, tanto os professores quanto os alunos são transformados em pesquisadores críticos.

Freire (1980) fala que o educando deve participar ativamente no seu processo de aprendizagem, e o professor da EJA deve ter um olhar diferenciado, um olhar que não negue as “bagagens” do aluno. Ele deve considerar, na construção de suas metodologias de ensino, as realidades vivenciadas pelos seus alunos e alunas. Elaborando um processo de aprendizagem que produza conhecimentos significativos para eles. Algo que faça parte das suas vivências.

Metodologicamente, os professores exerciam suas práticas predominantemente como modelos de transmissão do conhecimento, com poucos espaços de problematização, ou de análise mais profunda sobre os conteúdos das aulas. Os alunos, em situações dessa natureza, tornam-se mais passivos, de certo modo acomodados, por seus estímulos criativos estarem bloqueados.

Ou seja, o aluno necessita ser ativo, para cumprir seu papel de descobridor do mundo, participar, trazer seus saberes para a sala de aula. Deixar de ter suas origens negligenciadas e sentir-se incluído, para que haja uma troca de conhecimentos e experiências que enriqueçam sua percepção daquilo que é real para cada um de nós. Como afirma Freire:

A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade. (FREIRE, 1989, p.67).

A EJA possui algumas características fundamentais para que a práxis seja exercida nos processos pedagógicos. A possibilidade de utilizar-se da experiência de vida amadurecida de seu público cria terreno fértil para o exercício da docência emancipadora. A prática, aliada à

reflexão constante, nessas condições, além de proporcionar ao educando uma construção de conhecimento enriquecedora, torna o processo de ensino aprendizagem mais útil e atrativo.

Os professores devem procurar ampliar seus conhecimentos da Educação de Jovens e Adultos, buscando fazer desta modalidade uma possibilidade mais adequada ao seu público. Utilizando-se de instrumentos que proporcionem um processo de ensino-aprendizagem qualitativo, pois essa modalidade de educação configura-se através de uma troca continuada.

Mesmo que adultos das classes de EJA e crianças alfabetizadas apresentem os mesmos procedimentos ou as mesmas hipóteses no caso específico da construção do conhecimento ortográfico, como foi visto, isto não quer dizer que se possa levar os mesmos “joguinhos”, materiais, utilizados com as crianças durante o dia, com para as classes de EJA. (SCHEIBEL, LEHENBANER, 2006, p.40)

Para Paulo Freire (1987, p. 39) “ninguém ensina nada a ninguém e ninguém aprende nada sozinho”, ele diz que só se aprende na troca uns com os outros, liderados pelo mundo que nos cerca. Isto é, somos capazes de ensinar para os adultos e para as crianças se formos capazes de aprender, sendo um professor disposto a buscar o novo, aprender todos os dias, e não aquele que pensa ser detentor de um conhecimento único.

Em perspectiva ‘freireana’, o bom professor é aquele que deve se colocar em posição de mediar, de auxiliar os educandos nos processos de aprendizagem. Indiscutivelmente, respeitando as origens identitárias e aspectos culturais intrínsecos aos sujeitos, tornando estes aspectos primordiais para elaboração de sua metodologia.

A base da metodologia de Paulo Freire é o diálogo, preocupando-se com a formação crítica dos alunos, o docente deve usar palavras simples do cotidiano do aluno. Ser um incentivador que presa pela permanência do seu aluno na escola, acreditando na mudança, transmitindo esperanças, pois, são alunos que não tiveram oportunidades para concluir seus estudos na idade adequada e precisam mais do que um professor, precisam de um professor amigo, que olha para a vida do aluno, conheçam os motivos que o levaram a estar de volta na sala de aula.

Em segundo lugar, o conteúdo da educação, não está constituído somente pela “matéria” do ensino, por aquilo que se ensina, mas incorpora a totalidade das condições objetivas que concretamente pertencem ao ato educacional; assim, são parte do conteúdo da educação: o professor, o aluno, ambos com todas suas condições sociais e pessoais. (PINTO, 1991, p.42).

Para além dos conteúdos estabelecidos como fundamentais ao desenvolvimento dos sujeitos, o conhecimento existente nas vidas já vividas pelos que presenciam a educação na

EJA, faz desta modalidade um ambiente de valorização significativa das possibilidades individuais, compreendidas na totalidade das relações.

A evasão escolar também pode ser compreendida como um fracasso escolar, pois apenas a oferta de vagas não é suficiente para garantir a permanência dos alunos e alunas em sala de aula. É necessário respeitar as necessidades e peculiaridades deste público, com um sistema de ensino bem estruturado, adequado e flexível. Assim como ao professor se debita a responsabilidade de compor um método compromissado com o discente.

O fracasso escolar se configura dentro de um quadro de múltiplas negações, dentre as quais se coloca a negação da legitimidade de conhecimentos e formas de vida, formulados à margem dos limites socialmente definidos como válidos. A inexistência de um processo escolar que possa atender às necessidades e particularidades das classes populares, permitindo que as múltiplas vozes sejam explicitadas e incorporadas, é um dos fatores que fazem com que um grande potencial humano seja desperdiçado. (ESTEBAN, 2003, p.8)

Sendo a educação um direito do cidadão, as políticas públicas devem acolher os alunos, não propiciando uma exclusão dentro da própria escola, pois, para os alunos essa modalidade é a esperança de uma vida com mais qualidade. Sabendo que muitos deles não sabem nem mesmo ler o visor de um ônibus sozinho, dentre tantas coisas que para a maioria das pessoas são naturais, comuns, mas para eles é um sonho a realizar.

O ensino, na EJA, deve ater-se à necessidade de emancipação dos sujeitos que compõem seus espaços, deixando de ser uma prerrogativa meramente institucional. Aquelas pessoas que não conseguem ler, realizar cálculos simples, ou escrever, estão à mercê de condicionantes sociais que as subjagam.

Pegar uma condução, averiguar preços, fazer cálculos, ler placas, anúncios ou bulas, se torna um grande constrangimento público para aqueles que não são alfabetizados em idade certa. Esse movimento polariza também o acesso à educação superior e técnica, que por não serem minimamente escolarizados, os sujeitos perdem espaços de aprimoramento humano e profissional.

Na EJA, a alfabetização acontece de forma diferenciada dos outros níveis de ensino, como já chegam à escola com uma maior experiência de vida, eles buscam recuperar o tempo “perdido”. Assim, em suas aulas, o professor deve propor atividades que proporcionam o desenvolvimento da competência linguística, para o educando poder interagir na sociedade.

Para possibilitar ao educando uma construção de consciência, o professor deve também ser consciente, de suas ações, deveres e possibilidades. Na EJA, o resultado obtido pelos alunos dependerá muito de como o educador praticará suas perspectivas educacionais. É

necessário um pensamento que inove a metodologia, adequando-a aos alunos, mas que mantenha tudo em prática reflexiva constante, próxima à realidade dos alunos.

Na alfabetização, além de representar sons em letras, no caso da escrita e representar as letras em sons, no caso da leitura; os alunos, sejam crianças ou adultos, precisam para além da simples codificação/decodificação de símbolos e caracteres, passar por um processo de “compreensão/expressão de significados do código escrito” (SOARES, 2013, p.16).

Sabe-se que a alfabetização na EJA possui condicionantes mais fortemente estabelecidos que em outros processos. Há uma teia de relação que deve ser estabelecida com o aluno, desde a forma como o professor “chama sua atenção” até a maneira de corrigir seus erros em trabalhos, a vergonha faz parte desses alunos, até mesmo nisso o docente deve manter cautela no seu processo metodológico de ensino.

O educador tem de considerar o educando como um ser pensante. É um portador de ideias e um produtor de ideias, dotado frequentemente de uma alta capacidade intelectual, que se revela espontaneamente em sua conversação, em sua crítica aos fatos, em sua literatura oral. (PINTO, 1991, p. 83).

Essa capacidade natural dos sujeitos de conceberem uma criticidade orgânica, espontânea, pode ser potencializada se aliada à metodologia adequada nos processos de ensino e aprendizagem institucionais. Obviamente, o educador já antevendo a construção de uma consciência verdadeiramente crítica, não deve se colocar acima do educando já adulto. Pois antes de qualquer coisa, ambos são membros ativos na sociedade.

Os currículos precisam ser adaptados e as aulas elaboradas com metodologias não impositivas, mas criadas em conjunto, a partir do convívio adequado e se identificando com o aluno. Como já mencionado, alfabetizar adultos é um processo com inúmeras distinções com relação à educação básica realizada no início da vida dos sujeitos, por serem pessoas com uma consciência já formada, portadores das ditas “bagagens”.

Por isso, o docente necessita apropriar-se de uma didática que desperte um maior interesse nesses alunos. Segundo Pinto (1991), algumas das características principais da metodologia adequada a esse público são:

- Conscientizá-lo de que ele precisa de instrução e de alfabetização, ocorrendo simultaneamente;
- Partir de elementos da sua realidade de seu mundo de Trabalho, suas relações sociais, crenças, valores;
- Elementos básicos do saber letrado;

- Praticar um método crítico de educação possibilitando ao aluno desenvolver a consciência crítica instruída;

Essa ação do professor encaminha o aluno a abranger seus conhecimentos, construindo-os juntos, sabendo que não somente o aluno aprende, mas o docente também aprende. É uma troca de experiências e de vivências. Ser professor da EJA está diretamente relacionado a desafio, gratificação profissional e experiência diferenciada, que produz aprendizagem para o docente (MELLO, 2012, *apud*, SANTANA, FORELL, 2014).

O professor é um mediador que facilita a aprendizagem do aluno, abrindo caminhos para que desperte a curiosidade do mesmo e o desejo de aprender, usando sua criatividade, valorizando os conhecimentos já adquiridos, trazendo para dentro da sala de aula e transformando-o em um projeto.

Com isso, o discente terá mais incentivo para frequentar a escola, não sendo uma aula cansativa, que em seu foco é só livros, cadernos e copiar do quadro, mas tendo práticas, como saída de campo, observações em laboratórios, tornando a parte teórica “visível” ao aluno, realizando o possível para sanar essa dívida social com esses alunos e alunas.

Logo, a EJA é muito importante para aqueles que precisam de acesso à educação. Trata-se de uma segunda chance para retomar e concluir o ensino básico, que por vários motivos não conseguiu na idade certa. Por isso deve-se zelar por essa modalidade de ensino, buscando sempre diminuir os índices de evasão.

#### 4.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS X CONTEÚDO

Os alunos e alunas da EJA frequentam essa modalidade com objetivo de ampliar a sua empregabilidade. Ingressam na escola com o intuito de recuperar o tempo que foi perdido. Com isso, observam com atenção as práticas pedagógicas do educador. Por exemplo, quando a aula é um filme, os educandos conceituam não ser aula produtiva e, assim, rotulam todas as atividades práticas.

Não analisar todos esses aspectos é adotar uma postura de um mundo irreal. O conteúdo é algo dinâmico e cada aluno absorve de uma forma diferente a matéria, alguns são mais visuais, somente lendo e realizando anotações, já aprendem e lembram até a cor da caneta que anotam o conteúdo. Outros são auditivos e somente ao ouvir o professor já entendem e não esquecem o conteúdo. E há também aquelas pessoas que compreendem o



conteúdo através da cinestesia, que não se realizam somente ouvindo e vendo, eles precisam do movimento para a assimilação.

Na EJA deve-se obter uma preocupação ao ensinar os alunos, pois não pode acontecer a infantilização dos sujeitos. Por exemplo, ao ensinar matemática, uma das metodologias de ensino é a etnomatemática, que é citada por Ubiratam D. Ambrosio, como uma proposta educacional, a qual estimula o desenvolvimento da criatividade, valorizando as experiências já adquiridas pelos alunos, buscando reconhecer sua cultura, suas “bagagens”. Pois diferentes culturas produzem “diferentes matemáticas”, isso significa que há aquela matemática vivenciada por filhos de vendedores de praça pública, donas de casa, artesãos, costureiras, indígenas, cada um em sua própria vivência diária.

A matemática precisa ser trabalhada na EJA sob os mesmos princípios dos outros níveis de ensino. Ou seja, as situações de aprendizagem precisam fazer sentido para que a aprendizagem seja significativa. Portanto, contextualizar é algo essencial para a aprendizagem de conceitos matemáticos necessários aos alunos da EJA. Os conceitos apresentados devem estar vinculados ao mundo do adulto. (SHEIBEL e LEHENBANER, 2006, p. 129)

Nesta perspectiva, a ação pedagógica deve trabalhar de acordo com as necessidades de cada discente, relacionando-se com seu o dia a dia. Deve fazê-lo perceber que em todas as atividades humanas há matemática; na arte, na dança, na construção de casas, ao fazer uma receita de bolo, etc. Hoje, nas escolas, há uma matemática eurocêntrica que é aquela que transmite somente conteúdos, equações, álgebra, funções, quando na realidade deve ir além desses conteúdos englobando a história, geografia e cultura.

A matemática na EJA não deve dar ênfase à matemática escolarizada, mas deve mostrar o conhecimento matemático como um instrumento para interpretar, problematizar e ajudar a solucionar aspectos da vida cotidiana adulta. (SHEIBEL e LEHENBANER, p.129, 2006)

Portanto, há a necessidade de conduzir os processos de aprendizagem de modo que os conteúdos sejam ambientais e de produção étnica, que levem em consideração o multiculturalismo da sociedade. O matemático D’Ambrosio ressalta ainda que, como educadores, podemos oferecer aos alunos de hoje, uma visão do presente, assim como os instrumentos intelectuais e materiais que dispomos para serem mais críticos.

A utilização do cotidiano das compras para ensinar matemática revela práticas apreendidas fora do ambiente escolar, uma verdadeira etnomatemática do comércio. Um importante componente dessa abordagem é possibilitar uma visão crítica da realidade, utilizando instrumentos de natureza matemática. Ele cita:

A proposta pedagógica da etnomatemática é fazer da matemática algo vivo, lidando com situações reais no tempo [agora] e no espaço [aqui]. E, através da crítica, questionar o aqui e agora. Ao fazer isso, mergulhamos nas raízes culturais e praticamos dinâmicas culturais. Estamos, efetivamente, reconhecendo na educação a importância das várias culturas e tradições na formação de uma nova civilização, transcultural e transdisciplinar (D`AMBROSIO, 1996, p.47).

Não somente com a matemática, mas em todos os conteúdos, o professor deve sempre visar a qualidade do aprendizado do aluno e aluna. Essa qualidade, necessária às ações da EJA, é parte de uma alternativa reparativa, que busca não discriminar sujeitos e ou conteúdos, mas um equilíbrio entre ambos. Para o educando, concluir sua escolaridade básica, dependerá bastante de como o educador organizará o currículo.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's):

Art. 44 A Educação de Jovens e Adultos, voltada para a garantia de formação integral, da alfabetização às diferentes etapas da escolarização ao longo da vida, inclusive àqueles em situação de privação de liberdade, é pautada pela inclusão e pela qualidade social e requer:

- I – um processo de gestão e financiamento que lhe assegure isonomia em relação ao Ensino Fundamental regular;
- II – um modelo pedagógico próprio que permita a apropriação e a contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- III – a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação;
- IV – uma política de formação permanente de seus professores;
- V – maior alocação de recursos para que seja ministrada por docentes licenciados.

As DCN's trazem, além de parâmetros comuns na elaboração da estrutura educacional, uma lista de conteúdos necessários ao currículo. Essa gama de informações, a serem trabalhadas em sala de aula, exige uma preparação constante dos educadores, objetivada na formação continuada de profissionais licenciados.

Planejar, organizar materiais, elaborar atividades, são ações comuns para qualquer professor, pois compõem a prática diária de sua carreira. Entretanto, quando pensamos em organogramas de aprendizagem direcionados a um público historicamente negligenciado, faz-se fundamental compor de sentido estes conteúdos aos sujeitos. Segundo Art. 15 da Resolução nº 7 de 14 de dezembro de 2010, “os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:”

- I – Linguagens:
  - a) Língua Portuguesa;
  - b) Língua Materna, para populações indígenas;
  - c) Língua Estrangeira moderna;
  - d) Arte;
  - e) Educação Física;
- II – Matemática;
- III – Ciências da Natureza;

IV – Ciências Humanas:  
a) História;  
b) Geografia;  
V – Ensino Religioso.

A apropriação dos conteúdos destas áreas de conhecimento, mediante a administração consciente do professor sobre as práticas de ensino, propicia uma mudança de realidade. A promoção dessa possibilidade, por meio da EJA, é a própria reparação da defasagem de ensino institucional sofrida por estes sujeitos.

A função equalizadora dessa modalidade dá assistência a donas de casa, trabalhadores, aposentados, imigrantes, que tiveram interrupção dos estudos, por desiguais oportunidades de permanência ou por repetência, ocasionando a evasão. A função qualificadora fica por conta da construção de conhecimentos, relativa ao passado, presente e futuro dos alunos e alunas. Uma formação permanente, de educadores e educandos, busca a construção de uma sociedade mais solidária e igualitária.

Para que essas funções ocorram de modo convergente, deve haver um trabalho em conjunto com o governo, gestão escolar e professores. O professor tem um papel fundamental de comprometimento, pois depois que ele entra em sala de aula é ele e os alunos, ele “manda” naquele espaço.

No entanto, é comum que os profissionais de educação caiam na armadilha da erudição do conhecimento, contrapondo o ideário metodológico presumido para a modalidade em questão. Nessas situações:

O que ocorre é que em presença do erudito arrogante, “culto” (o “doutor”) onde o analfabeto se sente inferiorizado e seu comportamento se torna retraído. Mas, se o educador possui uma consciência verdadeiramente crítica, que não pretende se sobrepuser ao educando adulto, e sim se identifica com ele utilizando um método adequado. (PINTO, 1991, p. 83)

A sala de aula na EJA é um espaço “sensível”, onde há alunos oriundos de um mundo de diversidades. Esses alunos tendem a desistir por motivos também diversos, tal qual fazem em seus processos de vida, e por consequência destes. Como já citado, a situação econômica, familiar, trabalho, são fatores definitivos para a permanência dos sujeitos em âmbito institucional.

Mas, também há aquele que não se sente bem na sala de aula, sentindo-se inferior, como cita o autor Álvaro Pinto. Então, o professor não pode, de fato, se sobrepôr ao educando, mas elaborar maneiras de mediar essa construção de conhecimento, utilizando métodos adequados a eles.

Os educadores da EJA podem ser considerados “heróis”, enfrentando situações desafiadoras e salas de aula de alunos com muitas experiências a compartilhar. Na maioria das escolas, essa modalidade funciona à noite e as instituições não possuem a mesma estrutura como nos outros turnos de funcionamento. Por exemplo: equipe diretiva completa, bibliotecária, laboratórios.

Educar Jovens e Adultos para a vida é um desafio. Repensar quais são os objetivos, as metas os enfoques, as epistemologias, as teorias que fundamentam a docência não é uma tarefa fácil, mas necessária. Precisa-se transformar a educação para transformar a realidade. (SCHEIBEL e LEHENBANER, 2006, p. 192)

O discente da EJA, dentro de uma sala de aula, além da diversidade pressuposta pelo ensino regular, convive também com a diversidade de idades. São jovens, adolescentes e adultos de quarenta, de sessenta anos que, na maioria das vezes, estão em etapas do ensino distintas. São indivíduos com experiências para compartilhar, com suas opiniões sobre senso comum, adquirido ao longo da vida. O professor no seu papel docente trabalha para ressignificá-los.

É papel do professor saber distinguir entre aqueles conhecimentos que não precisam ser construídos e aqueles que precisam. Cabe a ele abrir espaço para não sobrecarregar os currículos com conteúdos irrelevantes ou, cuja relevância não é alcançada pelos próprios professores, impedindo, por vezes, os alunos e alunas de empenharem-se em sua aprendizagem.

Logo, a Educação de Jovens e Adultos implica no “Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação” (SAVIANI, 2005, p. 9).

#### 4.4 ALGUMAS CONCEPÇÕES DE DERMEVAL SAVINI

As tendências pedagógicas são separadas em dois grupos, o primeiro apresenta quatro tendências pedagógicas liberais que são: Tradicional; Renovada Progressista; Renovada Não-Diretiva; e Tecnicista. O segundo grupo é a pedagogia progressista: Libertadora; Libertária; e Crítico-Social dos Conteúdos.

A pedagogia liberal acredita que a escola tem o papel de preparar os alunos e alunas para desempenhar papéis sociais, baseada nos talentos individuais. Assim sendo, os alunos devem adaptar-se às normas e valores da sociedade de classe, desenvolvendo a cultura

individual. Já que a escola não leva em consideração as desigualdades sociais, as diferenças entre classes menos favorecidas e mais favorecidas não são consideradas.

O autor brasileiro Dermerval Saviani (2001) dividiu em dois grupos diferentes as tendências pedagógicas, fazendo em seu estudo uma classificação entre elas. Sendo que o primeiro grupo é composto pelas teorias que entendem a educação como um instrumento de equalização social, de superação da marginalidade. Já o segundo grupo, pelas teorias que compreendem a educação como meio para a discriminação social, favorecendo a marginalização.

As teorias do primeiro grupo, segundo Saviani (1997), aquelas denominadas “não-críticas” (tradicional, nova e tecnicista), servem à manutenção do poder instituído à educação como determinadora das relações sociais. Sendo que a pedagogia tradicional foi a metodologia mais comumente empregada na educação, desde o começo da sociedade moderna.

O segundo grupo é denominado por Saviani como teorias “crítico-reprodutivas”. Recebem essa denominação por buscarem compreender a educação, analisando seus condicionantes objetivos, mas não reproduzindo as relações sociais vigentes.

Segundo Saviani (2005), a escola em seu papel, deve facilitar o acesso aos conhecimentos. O caráter mecânico é o problema da educação institucional tal qual está organizada, o fato de ela estar desligada das razões que a justificam, sem que os professores utilizem de critérios sociais bem definidos para a sua elaboração metodológica prática.

Saviani (1997) relata que a escola precisa lutar contra a discriminação e a seletividade dos alunos, sendo que o aluno também deve fazer a sua parte. O fracasso escolar pode ser ocasionado por fatores externos, cognitivos e psicológicos, como também de ordem familiar. Esses fatores contribuem negativamente para o aluno e a aluna compreender o conteúdo. A escola é o local onde devem ser inseridos os interesses populares, garantindo a todos e a todas um ensino de qualidade onde o aluno não pode sair sem aprender os saberes básicos.

O objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2005, p. 13)

Há a aparente necessidade dos sujeitos de conceberem uma visão de mundo racional, capaz de produzir uma consciência crítica. Esta consciência, em tese, é aquela que levará os alunos e alunas à descoberta daquilo que os torna humanos. Desse modo, as diferentes

manifestações culturais, costumes e modos de vida, podem ser vistas como alavancas, como motivadores das atividades escolares.

Para Saviani (2005) “a opinião, o conhecimento que produz palpites, não justifica a existência da escola”. Isso seria abrir precedente para que a educação institucional perca seu papel, sua essência. A funcionalidade da escola, enquanto espaço de construção de conhecimento universalizado, pressupõe metodologias rígidas na aplicação das atividades. Considerar os conhecimentos prévios dos alunos é dever do professor, mas a responsabilidade na utilização dessas informações na construção metodológica deve prevalecer. Pois é esta a postura que torna a escola um ambiente simpático à produção científica.

Quando se insiste na importância dos conteúdos, o que se está frisando aí é a necessidade de trabalhar a educação em concreto e não de forma abstrata. Com efeito, a lógica formal é a lógica das formas e, como o próprio nome está dizendo, abstrata. A lógica dialética é uma lógica concreta. É a lógica dos conteúdos. Não, porém, dos conteúdos informes, mas dos conteúdos em sua articulação com as formas (SAVIANI, 2005, p. 114).

Saviani fala também sobre a problematização, que se “trata de detectar questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimentos são necessários dominar” (SAVIANI, 2005, p. 80). Essa prática social impõe a necessidade do aluno da Educação de Jovens e Adultos de terem esses conhecimentos. Essa problematização na perspectiva pedagógica histórico-crítica é essencial para pensar os conteúdos necessários e importantes.

Essa forma de trabalhar os conteúdos está ligada à prática social, colocando a necessidade de os educandos adquirirem esses conhecimentos e transformarem a sociedade, promovendo a equalização social. Portanto, reforçará os laços sociais, promovendo a coesão e garantindo a integração de todos os indivíduos no corpo social. Isso auxiliará os sujeitos a enfrentarem suas dificuldades e garantirem a possibilidade de revelar atributos que estão encobertos, de conhecer-se para além das aparências.

Logo, a pedagogia Histórico Crítica (SAVIANI, 2005) trouxe colaboração importante para reflexão da prática social do professor. Referindo-nos à realidade da EJA, o maior desafio é a permanência dos alunos e alunas nas aulas durante o ensino e aprendizagem. Os motivos que os levam a evadir são fatores sociais, a EJA é uma dívida social.

Essa modalidade tem por objetivo a transformação da realidade concreta dos estudantes. O segundo desafio da prática pedagógica é a ocasião da problematização, em que são questionadas e debatidas as concepções de mundo desses estudantes.

## 5 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

A escola está localizada no município de Terra de Areia, no estado do Rio Grande do Sul. Foi fundada em 01/03/2005. Atualmente a comunidade escolar é formada por 480 estudantes do Ensino fundamental.

Para os serviços de alimentação, a escola dispõe de seis funcionárias, e para serviços gerais, quatro. No que concerne à estrutura física, a escola conta com nove salas de aula, uma biblioteca, uma sala de direção, banheiros comuns, banheiros adaptados, uma quadra coberta, um refeitório e uma cozinha, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sala de repouso.

A faixa etária dos profissionais do ensino varia entre 24 e 65 anos, sendo que, o profissional que está por mais tempo na escola é uma servente que trabalha lá desde a inauguração da instituição em 2005.

A maioria das crianças chega à escola de carro ou a pé. No que consiste a renda das famílias, é possível dizer que grande parte dos estudantes provém de famílias de renda média, sendo que a maioria dos pais trabalha no comércio e possui Ensino Médio completo.

A escola realiza anualmente as seguintes comemorações: festa junina, dia das mães, dia dos pais, semana farroupilha, Páscoa, Natal. A escola costuma fazer com os estudantes passeios e viagens para museus, feiras de ciências, apresentações culturais, etc.

O projeto pedagógico da escola foi escrito pela primeira vez em 2005 e a última revisão foi feita em 2018. Em termos de melhorias físicas realizadas, a escola tem como sonho a climatização de suas salas, um auditório, laboratórios de ciências e informática.

A turma observada é composta por seis alunos, adolescentes entre quinze e dezesseis anos, mas não são todos que frequentam as aulas. Durante o período de observação, não mais que três alunos, assíduos, estiveram presentes diariamente. Todos são oriundos da classe trabalhadora e moram com seus pais.

Na escola, os alunos participam de oficinas de biscuit, dança, teatro, pintura e culinária. A modalidade EJA é ofertada nessa escola desde o ano de 2016, sendo a única escola do município a ofertá-la.

## 6 ANÁLISES, DISCUSSÕES E RESULTADOS

A hipótese principal afirma que a evasão escolar, em uma escola de Terra de Areia, decorre da necessidade dos alunos de conciliar o trabalho e os estudos. A segunda hipótese é que a evasão escolar é uma consequência da não adequação do ambiente e recursos escolares às necessidades do processo de aprendizagem da modalidade EJA.

Nesta etapa, as análises e apontamentos acerca do tema serão realizados, segundo referencial escolhido e base de dados recolhida. Serão problematizados os motivos que levaram as alunas e alunos a ingressarem na EJA, seus condicionantes à desistência da mesma, suas opiniões sobre o processo docente e o que sugeriram que os professores poderiam melhorar em suas aulas.

A tabela abaixo mostra o montante de alunos ingressantes na modalidade, assim como o número de evasões ocorridas, de 2017 a 2019.

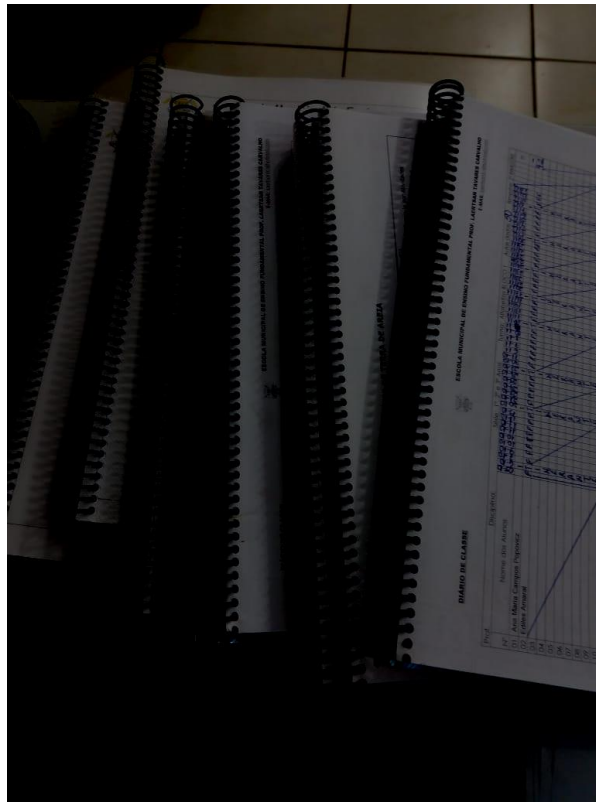
**Tabela 2:** Matriculado e Evasões

<b>ANO</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>MATRICULADOS 1º SEMESTRE</b>	11 alunos	8 alunos	10 alunos
<b>EVADIDOS 1º SEMESTRE</b>	5 alunos	8 alunos	6 alunos
<b>MATRICULADOS 2º SEMESTRE</b>	14 alunos	8 alunos	
<b>EVADIDOS 2º SEMESTRE</b>	7 alunos	1 aluno	
<b>RESULTADO FINAL</b>	25 matriculados 12 evadiram	16 matriculados 9 evadidos	10 matriculados 6 evadidos

**Fonte:** Documentos públicos da escola de Terra de Areia, RS, 2019.



**Imagem 1:** Atas analisadas sobre o histórico dos alunos:



**Fonte:** Escola de Terra de Areia, 2019.

A seguir, apresento uma compilação das respostas recolhidas em instrumento, concebidas após aplicação dos questionários em entrevista e analisadas.

### Respostas dos questionários

Aluno	Observações sobre a análise do questionário
<p><b>Aluno Y, com 20 anos de idade, evadido em 2016</b></p>	<p>Relatou que ingressou na EJA, porque já tinha parado de estudar no ensino fundamental, e resolveu estudar nesta modalidade porque faltava pouco para concluir. O motivo que o fez desistir dos estudos foi a rotina de trabalho. Dormia no serviço por estar muito cansado, mas gostava de frequentar as aulas. Preferia que os professores não mandassem temas para casa, pois quem precisa dessa modalidade são pessoas que não dispõem de tempo para realizar os temas. Afirmou que os professores eram “sensacionais”, tinham respeito, amizade e seu maior desafio em permanecer estudando foi o tempo. Morava longe da escola, tinha transporte</p>

	<p>escolar que levava e trazia, mas, mesmo assim, acabava chegando tarde em casa, assim como chegava na escola atrasado. Terminou afirmando que pode voltar a estudar, que tem vontade de terminar os estudos para conseguir um emprego melhor.</p>
<p><b>Aluna X, com 18 anos de idade: evadida em 2017</b></p>	<p>A aluna relata que ingressou na EJA por conta do emprego, que exigia que estivesse estudando. O motivo para a desistência dos estudos foi a impossibilidade de conseguir conciliar os estudos e o trabalho. Não conseguindo arranjar tempo para estudar para as provas, teve que escolher entre a escola e o trabalho. Optou pelo trabalho. Sua relação com os professores e colegas era boa, os professores eram compreensivos, pois sabiam que eram alunos os quais trabalhavam durante o dia. O seu maior desafio era conciliar os estudos com o trabalho. Quando chegava do trabalho estava muito cansada para ir à escola e ficar lá até as 23 horas, para acordar no outro dia cedo novamente.</p>
<p><b>Aluno Z, com 19 anos de idade, evadido em 2017</b></p>	<p>O aluno escolheu a modalidade para terminar o ensino fundamental, pois sua idade já estava muito avançada para frequentar as aulas com crianças bem mais novas. O que dificultou a continuidade dos estudos fora a jornada de trabalho, em um mercado. Chegava sempre muito cansado e também não gostava muito de estudar. Relatou, rindo, que copiava as respostas dos colegas, que gostava da maneira que os professores davam aula. Achava muito interessante que os professores não mandavam temas para casa, eram compreensivos, pois sabiam que eram alunos que trabalhavam durante o dia. Agora que casou não tem vontade de estudar, só cuidar da família e do trabalho.</p>
<p><b>Aluna W, com 40 anos, evadida em 2019</b></p>	<p>A aluna relatou que ingressou na EJA com esperança de terminar os estudos. Sua maior dificuldade foi conciliá-los com o cuidar da casa, da família, pois tem filhos. Trabalha fora de casa. Uma das dificuldades foi o relacionamento com os colegas, que eram muito jovens, entre 15 e 16 anos, mas com os professores era uma relação muito boa, ensinavam bem.</p>
<p><b>Aluno M, 20 anos,</b></p>	<p>O aluno relatou que ingressou na EJA por vontade própria,</p>

<b>evadido em 2017</b>	mas desistiu dos estudos, porque entrou em um time de futebol e por conta das viagens não conseguiu frequentar as aulas. Ele pensa que a modalidade poderia melhorar no quesito tempo, que deveria haver mais tempo para o aluno estudar, avisar com mais antecedência as datas das provas. Sua relação com os professores era boa, pois eram profissionais que já haviam lido a aula no ensino regular. Seus maiores desafios em permanecer frequentando a escola eram as matérias, com as quais não se sentia confortável. As atividades mais significativas eram as aulas de educação física.
------------------------	--

**Fonte:** Autor, 2019.

Analisando as respostas dos alunos evadidos, observa-se que o principal motivo que os levou à evasão está relacionado à hipótese principal, pois todos relataram que não conseguiram estudar por conta dos horários de trabalho. Segundo relato de uma das alunas, ela saía de casa às 5 h da madrugada, e chegava em casa às 18 h, sendo que a aula iniciava às 19 h. Relatou que não tinha tempo para estudar para as provas, assim repetindo muito e desistindo por reprovar de ano.

As respostas em relação ao processo docente foram positivas, pois os sujeitos relataram que os professores eram compreensivos sobre as possibilidades dos alunos de se dedicarem aos estudos fora do ambiente institucional. Não davam tema para levar para casa, pois sabiam que os alunos estavam trabalhando nos horários extraclases, construindo um processo de aprendizagem inclusivo durante as aulas, tornando-as criativas. E assim, conseguindo produzir um sentimento de empatia com os alunos, o que facilitava a relação entre os atores componentes das atividades.

Analisando as respostas dos alunos e alunas da EJA, podemos perceber o quanto a participação do Estado é primordial para essa modalidade. Pois, diferentemente daqueles que conseguem se manter no ensino regular, os sujeitos da EJA possuem necessidades distintas, vinculadas às suas atividades profissionais e familiares.

No caso da educação de pessoas jovens e adultas, o caráter indutor do Estado é fundamental. A experiência e os estudos realizados na América Latina apontam para o fato de que é a oferta de serviços que modela as características da demanda naquele nível de ensino. Diferentemente da educação fundamental regular, onde há um grande consenso social (particularmente dos pais) sobre a necessidade das crianças irem à escola, no caso da EJA isso não ocorre, exigindo, portanto, uma atitude ativa do poder público (HADDAD, 1998, p.98, apud SANT'ANNA e FORELL)

Logo, deve haver uma parceria entre Estado, escola e professores, com propósitos bem definidos quanto à metodologia de inclusão e permanência dos alunos e alunas da EJA nos meios institucionais de ensino. O Estado não pode se abster das responsabilidades para e com este público, pois o acesso à educação e sua permanência na escola são direitos instituídos e irrevogáveis.

Como observado, no caso específico dessa escola de Terra de Areia, os alunos evadiram por motivações socioeconômicas, como trabalho, responsabilidades familiares e locomoção até a escola. Assim como, o fato de não conseguirem conciliar o trabalho, para sustento da casa, com o tempo para estudar e passar de ano; desse modo, desistindo dos estudos.

Cardoso (2007) fala que apenas um número reduzido dos alunos e alunas da EJA consegue concluir a primeira etapa do ensino básico. Portanto, com o auxílio da escola, incentivo dos professores e ou familiares e a ação governamental visando melhorias no sistema de ensino, condições de vida e trabalho, haverá mais oportunidades para os alunos frequentarem as salas da aula da EJA.

Diante de tanta negação, alguns conseguem vencer os obstáculos e concluir a primeira etapa do ensino fundamental. Os que desistem, insistem pelo menos na perspectiva de sonhar em um dia aprender e conseguem escrever por si mesmos suas histórias. Ao falarem da necessidade ou “vontade de estudar”, vislumbram aprender, expressam com frequência essa importância. (CARDOSO, 2007, p. 91)

Com a análise das entrevistas realizadas, foi possível observar a intensão dos mesmos de reingressar aos estudos em âmbito institucional. Porém, a dificuldade de conciliar as distintas nuances de suas vidas com a frequência escolar necessária, faz com que as pessoas se sintam obrigadas a abdicar dos estudos.

Os entrevistados citaram que ficavam cansados demais para ir estudar à noite, que não conseguiam prestar atenção nas explicações dos professores. Já, os que permaneceram estudando, o fizeram porque querem ingressar em um mercado de trabalho com mais qualidade, pois os empregadores exigem que estejam estudando.

O trabalho tanto é porta de entrada, fator motivacional para que os alunos busquem a escola no intuito de melhorar sua qualidade de vida e seu poder aquisitivo, como porta de saída por incompatibilidade de horários ou cansaço pela dupla (ou tripla) e estafante jornada de trabalho (MACHADO, 2012, p. 27).

O trabalhador brasileiro já exerce uma jornada de trabalho extenuante, convivendo com a desigualdade em diversos níveis e distintas origens. O entrevistado Y relatou que dormia, caía no sono

durante as aulas por conta do cansaço, provando o quão difícil é para esses sujeitos enfrentar as atividades profissionais concomitantemente às tarefas escolares.

Já, o ingresso da aluna X na EJA se deve por exigência do próprio mercado de trabalho, que pressupunha a necessidade de qualificação dos trabalhadores. Ou seja, aqueles que não tiverem concluído os estudos, a sua passagem pela educação básica, perdem espaço nos ambientes de concorrência profissional.

Outra análise possível, a partir da base de dados recolhida, diz respeito à juvenilização do público da EJA. Há mais jovens e adolescentes frequentando, ou buscando o acesso à modalidade do que pessoas com idades mais avançadas. Isso também requer que as instituições se preparem para o acolhimento dessas pessoas.

Com certeza, a escola necessita ser reformulada, repensada. É preciso redefinir espaços e tempos, mediar as relações entre os mais velhos e a crescente juvenilização da Educação de Jovens e Adultos. Sozinha ela não dará conta de todos os anseios e necessidades dos aprendentes que a procuram na esperança de instrumentalização e promissor futuro (MACHADO, 2012, p.38).

A EJA tem se mostrado uma possibilidade de reinserção dos sujeitos, não apenas nos meios institucionais de ensino, mas também nos demais espaços de exercício da cidadania. A possibilidade de melhores condições de trabalho, de valorização da dignidade humana, através da alfabetização e compreensão dos símbolos, que compõem nossas atividades diárias, serve à premissa de uma sociedade mais igualitária.

Em contraparte, o poder público, por meio de seus aparatos legais e estruturais, deve zelar pela manutenção sadia da EJA, em vista de sua importância na vida destas pessoas. Investimentos na infraestrutura das escolas, em profissionais qualificados é mais que uma obrigação, mas uma função intrínseca ao Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa me proporcionou entender um pouco mais sobre a realidade dos alunos da EJA e as suas especificidades. Cada aluno com uma história diferente, bagagens carregadas ao longo da vida e tudo isso reflete na sala de aula, no seu processo de aprendizagem.

Após observações realizadas na escola, análises em documentos sobre a EJA, tornou-se visível o quão pequeno é o número de frequentes na modalidade. A partir de revisão bibliográfica, fora possível aprofundar as percepções acerca do tema, o histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e a conjuntura atual.

A grande dificuldade na realização da pesquisa esteve presente na tentativa de agendar as entrevistas com os alunos que evadiram. Ao falar com a professora titular, para conseguir contato com eles, soube da possibilidade de sofrer até mesmo agressões físicas ao visitá-los. Então, apesar da dificuldade de encontrá-los, e de conseguir permissão para realizar a conversa, ainda fora possível realizar entrevistas com cindo alunas e alunos evadidos.

Também fora complicado obter acesso às atas da escola, pois a escola havia trocado o sistema e a base de dados, e não havia salvo os mesmos no novo sistema. Então verifiquei ata por ata, aluno por aluno, anotando os números de faltas e frequências, concluindo o número de evasões de cada ano.

Algo importante, o qual fora possível perceber por várias nuances da pesquisa, é que o professor e os alunos devem unir seus conhecimentos e vivências, pois juntos são capazes de construir novas aprendizagens, não negando o conhecimento já adquirido pelo aluno.

O professor deve valorizar os conhecimentos já adquiridos pelos alunos da EJA, enfatizando as suas experiências já vividas, trazendo seus saberes para a sala de aula, trabalhando suas dificuldades. Possibilita ao educando um sentimento de que nele também há o que ensinar e compartilhar com os colegas, sentindo-se “útil” no meio educativo. Cabe ao professor não ser o erudito arrogante. (Pinto, 199 p. 83).

A EJA, que se apresenta como um vetor de esperança aos seus sujeitos, tem o professor como instrumento de construção metodológica das atividades. Isso implica na obrigatoriedade desse profissional respeitar não apenas os limites, mas as potencialidades dos seus alunos e alunas.

Há pessoas, que desejam conseguir ler a placa de um ônibus sem auxílio de outrem, há pessoas, que querem ler a bula de um remédio sem consultar um amigo ou uma pessoa mais próxima, há pessoas, no mundo, que desejam assinar com suas próprias mãos. Nós, que somos alfabetizados, estamos acostumados com essa prática, que parece tão simples, mas que é um desafio para muitos, inclusive motivo de preconceito.

O professor, como um mediador desse conhecimento, está em posição de alguém que facilita a aprendizagem. A partir de suas metodologias, pode proporcionar aos sujeitos o questionamento, levantamento de hipóteses, formando alunos e alunas críticos. Seres pensantes que têm voz ativa na sociedade, que não precisam ter os conteúdos infantilizados do ensino regular para a EJA.

O educador deve ser o portador da consciência mais avançada do seu meio. Necessita possuir antes de tudo a noção crítica de seu papel, isto é, refletir sobre o significado de sua missão profissional, sobre as circunstâncias que a determinam e a influenciam, e sobre as finalidades de sua ação. (PINTO, 2000, p. 48)

O educador, consciente de sua tarefa e em comunhão com seus alunos e alunas, deve aprender também a questionar seus conhecimentos, procurar informações verdadeiras e métodos de construir conhecimentos úteis aos sujeitos. Para que sejam cidadãos críticos do mundo.

As entrevistas possibilitaram perceber que a maior motivação dos alunos, no reingresso à educação institucional é, também, o motivo que os leva à evasão, o trabalho. Dos cinco entrevistados, quatro relataram a necessidade de buscar formação, para melhorar as condições de concorrência no mercado de trabalho. Muitos ingressam na EJA porque o trabalho exige que tenham o ensino básico ou estejam frequentando a aula, logo, retornam aos estudos.

Contraditoriamente, também há alunos e alunas que saem da escola por não conseguirem conciliar o horário de estudo com o horário de serviço, ficando cansados demais para ambos. Há aqueles trabalhos manuais, que exigem força física e não uma formação específica, mas para o aluno acaba sendo extenuante, esgotando suas forças para um terceiro turno ativo.

Ambas as hipóteses puderam ser confirmadas com a amostragem. Embora não caiba generalização dos resultados, é possível estabelecer parâmetros locais de manutenção da modalidade. É conclusiva, também, a necessidade de promover a formação continuada dos profissionais que trabalham na EJA, para que estejam sempre preparados para os desafios da docência; além da necessidade de disponibilizar toda a estrutura física e pedagógica à escola. A evasão escolar destes sujeitos, tanto no ensino regular, quanto na EJA, é caso de desigualdades sociais, de políticas públicas que valorizem a condição humana e promovam meios para que os cidadãos possam desenvolver-se em sua integridade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.**

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

BRASIL. Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.**

BRASIL. Resolução nº 7 de dezembro de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.**

CARDOSO, Cícera Romana. **Tramas do impedimento:** Os sentidos da Desistência entre Alfabetizandos da EJA Natal. UFRN, 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 01 de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Presidente: Francisco Aparecido Cordão. **Diário Oficial da União.** Brasília, 2000.

D'AMBROSIO, Ubiratam. **Educação Matemática:** Da teoria à prática. Papiros, 17.ed. Campinas, SP, 1996.

ESTEBAN, Maria Teresa (org). **Avaliação:** uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: Dp&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo: Centauro, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 25ª ed., São Paulo, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educar para um outro mundo possível.** São Paulo: Publisher Brasil, 2007.



- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** São Paulo: Cortez, 2005.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo; EPU.1986.
- MACHADO, Jeferson Ventura. **Educação de Jovens e Adultos: Encantamento e Permanência.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS. 2012.
- PALUDO, Conceição. **A educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular.** Tomo Editorial; Camp. 2001.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de Adultos.** 11º Ed. Cortez editora; São Paulo.1991.
- SANT'ANNA, Sita Mara, FORELL, Leandro. **Olhares Múltiplos e Contemporâneos da Educação de Jovens e Adultos.** Ed. Unesco Porto Alegre 2014.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 2. Ed. Campinas – SP: Autores Associados, 1997.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política.** 34ª ed. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2007.
- SCHEIBEL, Maria. LEHENBAUER, Silva. **Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos,** Ed. Unesco; Canoas 2006.
- SOARES, Leôncio José Gomes. **A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais.** Revista Presença Pedagógica, v. 2, nº 11, Dimensão, set/out 1996.
- STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

## APÊNDICE

**Apêndice 1 - Questionário realizado com os alunos;**

Questionário:

- 1) Qual motivo o fez retornar aos estudos?
- 2) Qual motivo o fez desistir dos estudos?
- 3) O que você acha que poderia melhorar nessa modalidade?
- 4) Como foi sua relação com os professores e colegas?
- 5) Qual seu maior desafio a permanecer frequentando a escola?
- 6) Relata alguma atividade que tenha sido significativa para você durante as aulas.
- 7) Qual sua idade?